

DECLARAÇÃO DO GOVERNO DA RPM SOBRE A CONFERÊNCIA DE LONDRES

- Condenada atitude britânica na Conferência
- Reafirmada continuidade das sanções contra a Rodésia
- Reiterado apoio à luta armada do povo zimbabweano

T. 11-11-79

no. 474

O Governo da República Popular de Moçambique tornou pública na semana passada uma declaração na qual condena a chantagem, os ultimatos, a arrogância e a ambiguidade utilizadas pelo Governo Britânico na Conferência de Londres sobre o Zimbabwe.

Nessa mesma declaração o governo moçambicano «exorta o governo da Grã-Bretanha a assumir seriamente as amplas possibilidades abertas pelas decisões da Conferência de Lusaka e os avanços obtidos nas actuais conversações». Igualmente é reafirmado que «a República Popular de Moçambique cumpre e cumprirá integralmente as sanções decretadas pela Comunidade Internacional» e que «apoia a luta armada e continuará a apoiá-la até que os objectivos pelos quais luta o Povo do Zimbabwe sejam alcançados».

Eis na íntegra o texto da referida declaração:

A Conferência Constitucional sobre a Rodésia do Sul é o resultado do avanço impetuoso da luta armada de libertação nacional do Povo do Zimbabwe, dirigido pela Frente Patriótica. A situação que prevalece na Rodésia do Sul é uma situação colonial.

O facto de em 1965 um punhado de colonos ter assumido à rebelia o poder que mantém até hoje não altera esta situação.

O objectivo da Conferência de Londres é descolonizar. É criar as condições para a independência total e completa daquela colónia britânica.

As modificações de fachada adoptadas pelo regime de Salisbúria não alteraram a sua natureza racista, repressiva e ilegal.

O regime de Muzorewa é o regime ilegal de Ian Smith sob uma nova máscara. O Povo do Zimbabwe continua hoje como em 1965 sob a dominação da mesma minoria racista.

A Comunidade Internacional, interpretou correctamente este processo e soube condenar o regime ilegal e as suas manobras negando-lhe o reconhecimento que procurava.

Em Agosto deste ano, a Conferência da Comunidade Britânica realizada em Lusaka pronunciou-se a favor de uma solução negociada para o conflito da Rodésia do Sul e pela ascensão do território a uma verdadeira e legítima independência nacional mediante eleições livres.

Contrariamente ao que sucedera até então, a Grã-Bretanha aceitou perante os chefes de Estado da Comunidade as suas responsabilidades históricas de potência colonizadora comprometendo-se a criar condições efectivas para a independência total e completa da Rodésia do Sul.

Não obstante, a Grã-Bretanha nem sempre tem assumido à mesa das conversações a sua função de potência colonizadora nem o compromisso tomado peran-

te os restantes países da Comunidade a que pertence.

Os representantes do Governo Britânico apresentaram com frequência as suas propostas de forma vaga e propositadamente ambigua recusando sistematicamente fornecer garantias e indicar os meios necessários para a sua concretização.

Nomeadamente, não basta propor para o período de transição o envio a Salisbúria de uma Comissão Eleitoral e um Governador. Não é isto que vai criar as condições de paz e segurança que só uma força militar internacional não envolvida previamente no conflito poderá fazer respeitar e garantir.

Em muitas ocasiões, os representantes da Grã-Bretanha têm procurado substituir a necessidade de um diálogo construtivo e claro por ameaças, pressões e imposições. Esta atitude tem com frequência levado a situações de impasse e tem causado o perigo constante de uma ruptura nas conversações que só a seriedade da Frente Patriótica tem podido evitar.

Os ultimatos, a chantagem, a constante sugestão de que se trata de uma última oportunidade para a Frente Patriótica constituem atitudes arrogantes que contrariam radicalmente o próprio espírito da Conferência.

Na procura de soluções justas e portanto capazes de responder aos verdadeiros anseios do Povo do Zimbabwe o tempo não é o único factor que está em causa. As eleições no Zimbabwe devem realizar-se dentro do menor prazo possível mas é imprescindível que sejam criadas condições de liberdade e de segurança para o seu exercício efectivo por todo o povo. Estas garantias terão de ser estabelecidas pela potência colonizadora em acordo com a Frente Patriótica. É o futuro do Zimbabwe, do seu povo, que está em causa.

Negando na prática a verdadeira essência da descolonização e as próprias leis do seu país, os representantes da Grã-Bretanha têm por princípio considerado um mesmo pé de igualdade os representantes do regime rebelde e ilegal de Salisbúria e os verdadeiros re-

presentantes do Povo do Zimbabwe, a Frente Patriótica. Isto tem como objectivo fazer aparecer a Grã-Bretanha como árbitro de um conflito ao qual seria pretensamente alheia e assim furtar-se às suas reais responsabilidades.

Em todas as ocasiões o Governo britânico tem procurado conferir credibilidade aos membros do regime ilegal apresentando-os como nacionalistas e não como traidores que são — quer segundo as leis britânicas, quer no contexto zimbabweano.

Na prática, esta atitude equivale a um reconhecimento táctico do regime saído da chamada declaração unilateral de independência proclamada em 1965.

Esta actuação tende a criar novas divisões no seio do Povo do Zimbabwe que reconhece na Frente Patriótica a encarnação das suas justas aspirações nacionalistas.

O Governo britânico está deste modo a organizar condições para uma guerra civil no Zimbabwe e para o prosseguimento do estado de tensão na África Austral.

A perspectiva do prolongamento da guerra com as mortes e destruições que ela implica e, sobretudo com o alto risco da escalada no envolvimento de terceiras partes — e consequente ameaça à paz mundial — são factores que estão também em jogo nas conversações de Londres.

A República Popular de Moçambique exorta o Governo da Grã-Bretanha a assumir seriamente as amplas possibilidades abertas pelas decisões da Conferência de Lusaka e os avanços obtidos nas actuais conversações. Isto significa um envolvimento sério das autoridades britânicas na busca de uma solução justa e duradoura para o conflito na Rodésia do Sul.

O Governo britânico deve tornar as suas posições claras e, sem ambiguidades, estudar em conjunto com a Frente Patriótica formas aceitáveis de resolução, sem ameaças nem imposições que põem em perigo o êxito da Conferência.

É legítimo que a Frente Patriótica exija a materialização das condições necessárias para a realização dos objectivos pelos quais pegou em armas.

Se estas condições não forem cumpridas, as actuais conversações não serão mais do que uma tentativa de encontrar fórmulas para soluções de compromisso e para a manutenção da actual conjuntura.

A República Popular de Moçambique sempre rejeitou a ideia de que a luta armada e as conversações são alternativas separadas no processo da luta de libertação nacional. Na fase preparatória da Conferência de Lancaster House, a República Popular de Moçambique deu todo o apoio que lhe foi solicitado tanto pela Frente Patriótica como pelo Governo britânico.

Desde o início da presente Conferência, a República Popular de Moçambique não hesitou igualmente em responder às frequentes consultas do Governo britânico.

Esta nossa posição não afecta nem afectará jamais a solidariedade da República Popular de Moçambique para com a luta justa do Povo do Zimbabwe pela independência total e completa do seu país.

A República Popular de Moçambique cumpre e cumprirá integralmente as sanções decretadas pela Comunidade Internacional contra o regime ilegal.

A República Popular de Moçambique apoia a luta armada e continuará a apoiá-la até que os objectivos pelos quais luta o Povo do Zimbabwe sejam alcançados.

A República Popular de Moçambique tal como toda a Comunidade Internacional sempre manifestou o seu desejo de ver um Zimbabwe estável, pacífico, unido, democrático anti-racista e independente.

Sem a Frente Patriótica não é possível a realização destes objectivos, não será possível um futuro livre e pacífico para todos os zimbabweanos sem distinção de raças ou de etnias.

**O Povo do Zimbabwe Vencerá:
A África Vencerá.**